



PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Controle da Administração Pública

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA
setembro 2022



Controle da Administração Pública

bibliografia selecionada

**Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 27	24 p.	setembro 2022
---------	--------------	-------	-------	---------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Setor de Pesquisa

Revisão jurídica
DIOGO CONTE RIGHES DE SOUZA SANTOS
Analista Jurídico

Bibliografia Seleccionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-
Mensal.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS

Fone: (51) 32881656

E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

Site: [Portal da ESAE - Biblioteca - Bibliografia Seleccionada](#)

Controle da Administração Pública: bibliografia selecionada

SETEMBRO 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DIREITO	5
FILOSOFIA DO DIREITO. SOCIOLOGIA DO DIREITO	5
DIREITO DIGITAL	5
DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
DIREITO CONSTITUCIONAL	17
DIREITOS HUMANOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS	19
DIREITO MUNICIPAL	20
DIREITO ELEITORAL	20
DIREITO INTERNACIONAL	20
DIREITO COMPARADO	21
DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO	21
DIREITO CIVIL	23
DIREITO PROCESSUAL	23
DIREITO MILITAR	24
DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	24

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Seleccionada é uma publicação mensal da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

DIREITO

MARTINS, Adelino. Controle externo e drift institucional na Primeira República. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.56, n.2, p. 275-290, mar./abr. 2022. ISSN 19823134.

MURICY, Marília. O controle da administração: notas de hermenêutica jurídica. In: CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO, 20, 24-28 out. 1994, Fortaleza - CE. **Teses**. Fortaleza: Centro de Estudos e Treinamento - CETREI, 1994.

SCLIAR, Wremyr. Origens do sistema do controle da administração pública entre os hebreus. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: TCE/RS, v.2, n.1, p. 1-40, jul./dez. 2014.

FILOSOFIA DO DIREITO. SOCIOLOGIA DO DIREITO

ARAÚJO, Thiago Cássio d'Avila. O juiz em Pierre Bourdieu, o controle jurisdicional de políticas públicas no Brasil e a questão da liberdade de interpretação das normas jurídicas. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.8, n.33, p. 135-159, jul./set. 2008. ISSN 1516-3210.

GONÇALVES JÚNIOR, Jerson Carneiro. "Vontade da Constituição" (K. Hesse) de 1988: o exercício ideal da democracia participativa no controle da administração pública na Constituição Federal. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.68, p. 111-179, jul./set. 2009. ISSN 1518-272X.

DIREITO DIGITAL

COSTA, Gledson Pompeu Correa da. Governo digital, controle digital e participação social. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Fórum, 2017, p. 141-170.

COSTA, Gledson Pompeu Correia da. Inovação : dever do Estado, direito do cidadão. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017, p. 111-139.

DINIZ, Gilberto Pinto Monteiro. Transformações do controle social sobre a administração pública no contexto do Estado Democrático de Direito e da sociedade da informação: abordagem teórica e prática, com enfoque em ferramentas tecnológicas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. In: **A sociedade do controle?: macrofilosofia do poder no neoliberalismo**. São Paulo: Fórum, 2022. p. 251-278. ISBN 9786555182606.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Controle da administração pública com instrumentos de TI. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.191, p. 36-40, novembro 2017. ISSN 1676-5826.

FERRARI, Isabela. O panóptico digital : como a tecnologia pode ser utilizada para aprimorar o controle da administração pública no Estado democrático de direito. In: **O advogado do amanhã** : estudos em homenagem ao professor Richard Susskind. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2019. *E-book*. Proview. ISBN 9788553215638

GODINHO, Heloísa Helena Antonácio M; MARINOT, Márcio Batista; VAZ, Wesley. Impactos da Lei do Governo Digital no controle externo. In: **Governo digital e a busca por inovação na administração pública**: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 221-238. ISBN 9786555182873.

HACHEM, Daniel Wunder; FARIA, Luzardo. Regulação jurídica das novas tecnologias no Direito Administrativo brasileiro: impactos causados por Uber, WhatsApp, Netflix e seus similares. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, RS, v.15, n.3, p. 180-203, set./dez. 2019. ISSN 22380604.

MIRANDA, Antonio Carlos de Oliveira; MATOS, Cleiton Rocha de. Potencial uso do BIM na fiscalização de obras públicas. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.47, n.133, p. 22-31, mai./ago. 2015. ISSN 0103-1090.

MOREIRA, Rafael Martins Costa. A transformação do governo digital: defesa dos direitos fundamentais e controle judicial da decisão administrativa digital. In: **Governo digital e a busca por inovação na administração pública**: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 89-116. ISBN 9786555182873.

NOGUEIRA, Nair Gaston. Administração pública e sociedade digital : panorama evolutivo. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017, p. 55-60.

SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de; SOARES, Ricardo Maurício Freire. A influência do big data no controle social da gestão pública. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, SP, v.18, n.2, p. 83-107, jul./dez. 2018. ISSN 1808-513X.

TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller. A Lei do Governo Digital e os laboratórios de inovação: inteligência artificial, ciência da dados e big open data como ferramentas de apoio à auditoria social e controle social. In: **Governo digital e a busca por inovação na administração pública**: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 143-169. ISBN 9786555182873.

VIANNA, Ismar dos Santos; STROPPIA, Christianne de Carvalho. LGPD: o que muda no controle da administração pública?. In: PIRONTI, Rodrigo coord. **Lei geral de proteção de dados no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 239-257. ISBN 9786555181418.

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALCOFORADO, Flávio; MORAES, Tiago Cacique. Responsabilização na gestão das políticas públicas e a contratualização com organizações sociais. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.24, p. 95-108, jan./mar. 2009. ISSN 1678-7072.

ALMEIDA, Dayson Pereira de. Desempenho : eficiência, eficácia e efetividade. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017. p. 239-270.

ALMEIDA, Leandro Araujo de. Avaliação de projetos interdependentes do setor de infraestrutura: uma nova abordagem para o exercício do controle externo. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.138, p. 60-71, jan./abr. 2017. ISSN 0103-1090.

ALVES, Francisco Sérgio Maia. Controle da administração pública pelo Tribunal de Contas da União: espaço objetivo de incidência e parâmetro de legalidade. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.20, n.108, p. 197-223, mar./abr. 2018. ISSN 1676-8701.

ANDRADE, Ingrid Caroline Santos; SANTOS, Aline Sueli de Salles. A delimitação do erro grosseiro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.7, n.2, p. 310-342, jul./dez. 2020. ISSN 231905558.

ARAÚJO, Cláudia Costa; ALVES, Marília Souza Diniz. Termo de ajustamento de Gestão: resgate do pensamento tópico pelo Direito Administrativo pós-moderno. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte: TCE/MG, v.84, n.3, p. 59-80, jul./set. 2012. ISSN 0102-1052.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014. 1432 p. ISBN 9788502202214.

ASSIS, Luiz Eduardo Altenburg de. Legalismo Autocrático na Administração Pública e o Controle pelo Poder Judiciário. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.8, n.2, p. 112-135, jul./dez. 2021. ISSN 231905558.

- BARROS FILHO, Wilson Accioli de. O estado de necessidade administrativa e o controle de legalidade na administração pública: desafios operacionais em um país de dimensões continentais. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 87-100, julho 2018. ISSN 1984-4107.
- BARROSO, Luís Roberto. Contratos administrativos - limites e possibilidade de alteração. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.63, p. 75-91, jan./mar. 2017. ISSN 1808-5628.
- BASILI, Hugo de Oliveira Vieira. Improbidade administrativa por ato culposos : inconstitucionalidades e possibilidade de controle. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 99-111.
- BERBEARIAN, Cynthia de F. Queiroz; GRUBBA, David Christian Regis Pereira; SANTILLO, Ivan Lucio. Viabilidade sob suspeita: obras caras, atrasadas e com baixo retorno. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.138, p. 30-41, jan./abr. 2017. ISSN 0103-1090.
- BIANCHI, Bruno Guimarães; FERNANDES, Paulo Vinicius Liebl. O papel do Tribunal de Contas da União nos processos de desestatização. **Revista de Contratos Públicos - RCP**, Belo Horizonte, v.11, n.21, p. 71-87, mar./ago. 2022. ISSN 2316-5499.
- BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Robrigues. Controle da transparência na contratação pública no Brasil: o acesso à informação como forma de viabilizar o controle social da Administração Pública. **Revista do Direito [da UNISC]**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.2, n.49, p. 96-115, mai./ago. 2016. ISSN 0104-9496. Acesso on-line.
- BITTES, José Márcio; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Responsabilização jurídica da ineficiência administrativa. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 36-50, junho 2015. ISSN 1984-4107.
- BORGES, Alice Gonzales. Valores a serem considerados no controle jurisdicional da administração pública: segurança jurídica - boa-fé - conceitos indeterminados - interesse público. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.15, p. 83-96, jul./set. 2002. ISSN 1676-8701.
- BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Por que necessitamos do controle interno?. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.137, p. 84-86, maio 2017. ISSN 21791651.
- BROSS, Siegfried. O Sistema de controle judicial da Administração Pública e a codificação da Jurisdição Administrativa. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.10, n.34, setembro 2006. ISSN 1414-008X.
- CALDAS, Evandro. Arbitragem e o controle da regulação. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.66, p. 75-99, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7102.
- CAMARGO, Beatriz Meneghel Chagas. Considerações acerca dos limites da atuação administrativa no exercício de competência vinculada. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública : temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 53-77.
- CAMMAROSANO, Marcio. A teoria do domínio do fato em matéria de improbidade administrativa. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública : temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 3-34.
- CANTO, Jéssica Laís Fortunato. O controle jurisdicional de mérito do ato administrativo discricionário: uma análise sob a ótica do princípio da eficiência. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.19, n.226, p. 66-76, dezembro 2019. ISSN 1984-4107.
- CAPUANO, Tamara de Padua. Conceitos jurídicos indeterminados, discricionariedade administrativa e seu controle jurisdicional. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 193-214.

- CARLINI, Angélica. A ANS e a efetividade de sua missão: dificuldades, perspectivas, controle eficaz dos fornecedores. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.176, p. 9-15, agosto 2016. ISSN 1676-5826.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Controle da administração pública e responsabilidade do Estado**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. *E-book*. Proview. ISBN 9786559910724. (Tratado de direito administrativo; v. 7).
- CARVALHO JÚNIOR, Nilson Elias de; TAVARES NETO, José Querino. Controle externo de políticas públicas: dificuldades e propostas de aperfeiçoamento da atividade dos Tribunais de Contas. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.22, n.120, p. 243-262, mar./abr. 2020. ISSN 1676-8701.
- CASTRO, Aldemar Araújo. A advocacia pública como instrumento do Estado brasileiro no controle da juridicidade dos atos da administração pública. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.7, n.15, p. 09-16, março 2008. ISSN 1981-2035.
- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de controle interno. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.6, n.65, p. 55-58, maio 2007. ISSN 1676-5826.
- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de controle interno: perspectiva gerencial e o princípio da eficiência. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.47, p. 283-292, jan./fev. 2008. ISSN 1676-8701.
- CAVALCANTE, Rafael Jardim. Transformação da administração pública. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte: Forum, 2017. p. 67-89.
- CHARÃO, Daniel Lacerda. Controle do ato administrativo discricionário pelo poder judiciário. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.14, n.163, p. 118-128, julho 2019. ISSN 21791651.
- CHUDZIJ, Luísa Fófano. Controle das políticas públicas: uma apreciação sob a ótica do poder legislativo, poder judiciário e Tribunal de Contas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.7, n.1, p. 275-296, jan./jun. 2020. ISSN 231905558.
- COELHO, Denilson Bandeira; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Regras importam: determinantes do controle burocrático no Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.51, n.5, p. 689-707, set./out. 2017. ISSN 19823134. Acesso on-line.
- CONRADO, Márcio Macedo; MENEGUIN, Fernando B. Impactos da Lei nº 13.655/2018 nos órgãos de controle e seus reflexos na administração pública. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 135-155, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.
- CONTIGLI, Flávia Couto de Oliveira. A necessidade da efetividade da participação popular e do controle social na administração pública para a consolidação do processo democrático brasileiro. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.1, n.1, p. 22-36, jan./dez. 2015. ISSN 25260073. Acesso on-line.
- CORDEIRO, Margalene Cavalcante. O poder das instituições de controle no fortalecimento da democracia brasileira. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.6, n.31, p. 297-312, maio/jun. 2005.
- CRISCUOLO, Juliana Cristina Rodrigues. Limites da anulação unilateral do contrato de concessão e seus aditivos pela administração pública. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 113-126.
- CRUZ, Claudio Silva da. Contas públicas : transparência e credibilidade. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017. p. 215-237.
- CRUZ, Márcio Motta Lima da. Efeitos das exigências do acórdão nº 1.214/2013, TCU: Plenário, nas licitações realizadas pelo Tribunal de Contas da União. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.23, n.265, p. 269-277, março 2016. ISSN 1980-234X.

- CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da; REIS, Fernando Simões dos. Termos de ajustamento de gestão: perspectivas para um controle externo consensual. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.140, p. 94-103, set./dez. 2017. ISSN 0103-1090.
- CUNHA, Marcio Felipe Lacombe da. Breves considerações sobre a nova lei geral das agências reguladoras: principais aspectos e inovações. **Revista CEJ**, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.
- CUNHA JUNIOR, Luiz Arnaldo Pereira da. Taxonomia dos órgãos e entidades da Administração Pública federal e de outras entidades e instrumentos de implementação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.46, p. 99-126, jul./set. 2014. ISSN 1678-7072.
- DALLARI, Adilson Abreu. Controle do desvio de poder. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo: Malheiros, v.46, p. 33-46, abr./jun. 2004.
- DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Controle externo do regime diferenciado de contratações públicas: uma visão geral. In: CAMMAROSANO, Márcio; DAL POZZO, Augusto Neves; VALIM, Rafael (Coord.). **Regime diferenciado de contratações públicas**. 3. ed., rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 259-272. ISBN 9788577008612.
- DEROZA, Maria de Lourdes P. Controles Internos: aspectos gerais da avaliação dos controles de gastos precedidos de licitação. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.7, n.34, p. 293-328, nov./dez. 2005.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. O papel dos Tribunais de Contas no controle dos contratos administrativos. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.15, n.82, p. 15-48, nov./dez. 2013. ISSN 1676-8701.
- DOTTI, Marinês Restelatto. Mecanismos de controle interno e externo dos atos administrativos praticados nos processos de licitação e contratação da administração pública. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.137, p. 21-65, maio 2017. ISSN 21791651.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Parcerias público-privadas, controle e eficiência. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.76, p. 07-13, abril 2008. ISSN 1676-5826.
- FERNANDES, Sérgio Bruno Cabral. O "papel" do judiciário no "drama" da implementação de políticas públicas. **Boletim Científico**, Brasília: ESMPU, v.5, n.20/21, p. 111-131, jul./dez. 2006. ISSN 1676-4781.
- FERRAZ, Luciano. Controle consensual da administração pública e suspensão do processo administrativo disciplinar (SUSPAD) - a experiência do município de Belo Horizonte. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.44, p. 15-25, jul./ago. 2007. ISSN 1676-8701.
- FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade**: fundamentos para o controle consensual da administração pública (TAG, TAC, SUSPAD, acordos de leniência, acordos substitutivos e instrumentos afins). 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 248 p. ISBN 9786555180305.
- FERREIRA, Ximena Cardozo. A possibilidade do controle da omissão administrativa na implementação de políticas públicas relativas à defesa do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.12, n.47, p. 152-174, jul./set. 2007. ISSN 1413-1439.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. O controle da Administração Pública. **Revista do Advogado**, São Paulo: AASP, v.29, n.107, p. 92-104, dezembro 2009. ISSN 0101-7497.
- FIGUEIREDO, Marcelo. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário no Brasil - uma visão geral. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.44, p. 27-66, jul./ago. 2007. ISSN 1676-8701.
- FIGUEIREDO, Sabrina Oliveira de et al. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.55, n.2, p. 438-458, mar./abr. 2021. ISSN 19823134.

FLACH, Flávio; MAUSS, César Volnei. A evidenciação e transparência da informação contábil da administração pública. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: TCE/RS, v.1, n.2, p. 57-72, jul./dez. 2015.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Governança pública e combate à corrupção: novas perspectivas para o controle da administração pública brasileira. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.19, n.102, p. 27-44, mar./abr. 2017. ISSN 1676-8701.

FRANÇA, Philip Gil. **Ato administrativo, consequencialismo e compliance**: gestão de riscos, proteção de dados e soluções para o controle judicial na era da IA. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. *E-book*. Proview. ISBN 9788553216284.

FRANÇA, Phillip Gil. **Controle da administração pública**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9788547204051.

FRANÇA, Phillip Gil. **Controle do ato administrativo e consequencialismo jurídico na era da IA**: judicialização, discricionariedade, compliance e LGPD. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. *E-book*. Proview. ISBN 9786559919307.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Considerações sobre o controle de moralidade dos atos administrativos. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013. Proview.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Segurança jurídica no controle do ato jurídico administrativo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.22, n.121, p. 41-75, maio/jun. 2020. ISSN 1676-8701.

FRANÇOLIN, Simone Berci. A abusiva aplicação do Dec.-Lei 201/1967. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.963, p. 175-190, janeiro 2016. ISSN 0034-9275.

FREITAS, Juarez; MOREIRA, Rafael Martins Costa. Decisões administrativas: conceito e controle judicial da motivação suficiente. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.17, n.91, p. 15-26, mai./jun. 2015. ISSN 1676-8701.

FREITAS, Maristela Barros Ferreira de; BRITTO, Gladstone Avelino. O controle público sob suspeita: uma reflexão sobre a estrutura dos tribunais de contas e a eficiência do controle externo sobre probidade da administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.3, n.1, p. 83-104, jan./jun. 2017. ISSN 25260073. Acesso on-line.

GASPARDO, Murilo; FERREIRA, Mauro. Inovação institucional e democracia participativa: mapeamento legislativo da Emenda do Programa de Metas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.51, n.1, p. 129-146, jan./fev. 2017. ISSN 19823134.

GOMES, André Silva. Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas: limites materiais de suas decisões e extensão de suas atribuições constitucionais. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre: PGE/RS, v.37, n.77, p. 61-91, jan./jun. 2016. ISSN 0101-1480.

GOMES, Filipe Lobo; SAMPAIO, Thyago Bezerra. O controle da administração pública e o conflito entre as decisões do TCU e as deliberações do CNJ. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo, v.280, n.1, p. 159-182, jan./abr. 2021. ISSN 0034.8007.

GOMES, Márcia Patrícia Pereira. Ação popular enquanto controle dos atos lesivos ao patrimônio público: o monitoramento da moralidade administrativa. **Ciência Jurídica**, Belo Horizonte: Ciência Jurídica, v.21, n.136, p. 268-279, jul./ago. 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.33, n.164, p. 09-28, outubro 2008. ISSN 0100-1981.

GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. Controle administrativo e ouvidoria. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013. Proview.

- GUERRA, Evandro Martins. Controle sistêmico: a interação entre os controles interno, externo e social. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.82, p. 46-56, outubro 2008. ISSN 1676-5826.
- GUIMARÃES, Edgar. O controle das licitações como instrumento de combate à corrupção. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.78, p. 48-54, junho 2008. ISSN 1676-5826.
- GUIMARÃES, Edgar; FRANCO, Caroline da Rocha. Controle das políticas públicas por meio das licitações. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.46, p. 127-134, jul./set. 2014. ISSN 1678-7072.
- GUIMARÃES, Luis Gustavo Faria. Comentários sobre a Lei Geral de Agências Reguladoras. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.70, p. 85-115, jul./set. 2020. ISSN 1678-7072.
- GURJÃO, Esther Dantas de Sá Paiva. A força normativa dos princípios e a atuação da consultoria jurídica da união: de controle da estrita legalidade administrativa a instrumento de concretização dos princípios da administração pública. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília: AGU, v.1, n.34, p. 171-224, fevereiro 2014. ISSN 2236-4374.
- HUPSEL, Edite. Controle de execução dos contratos administrativos pela administração pública. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.14, n.163, p. 872-878, setembro 2007. ISSN 1980-234X.
- JORDÃO, Eduardo. A relação entre inovação e controle na administração pública. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.72, p. 133-146, abr./jun. 2018. ISSN 1516-3210.
- KALABAIDE, Miguel Adolfo. A impossibilidade de controle ponto na Advocacia Pública. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.8, p. 163-180, 2017. ISSN 1981-3465.
- LACERDA, Edmundo Vieira de. A importância do controle da administração pública na busca por uma gestão eficaz. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, v. 9, n. 53, p. 54-68, nov./dez. 2015. Magister Net.
- LEAL, Fernando. A cláusula geral do erro administrativo e o dever de precaução. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v.21, n.84, p. 109-146, abr./jun. 2021. ISSN 1516-3210
- LEOPOLDO, Alexsandro Juvencio. Advocacia pública preventiva de demandas judiciais através dos agentes setoriais da Procuradoria-Geral do Estado. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 9-14, abril 2015. ISSN 1984-4107.
- LEWIN, Augusto Miranda. Controvérsia acerca da aplicabilidade de improbidade administrativa na inexigibilidade de licitação para contratação de serviços de advocacia. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 35-51.
- LIMBERGER, Têmis. Repensando o dogma da discricionariedade administrativa a partir do prisma das políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista do Tribunal Regional Federal da Quarta Região**, Porto Alegre: TRF 4º, v.26, n.89, p. 139-174, 2015. ISSN 0103-6599.
- LISBOA, Ricardo Cretella. Processo de julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 173-192.
- LOBATO NETO, Lucival Lage. O controle dos custos nos processos licitatórios para aquisição de bens e contratação de obras e serviços. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.27, n.4, p. 353-364, abril 2014. ISSN 1981-5506.
- LOUREIRO, Caio de Souza. Correndo atrás do tempo perdido: excessos e irracionalidades no combate à corrupção no Brasil. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.13, p. 95-125, mar./ago. 2018. ISSN 22388508.

- MACHADO, Antonio Rodrigo; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Compliance: instrumento de controle nas licitações públicas. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.72, p. 71-91, abr./jun. 2018. ISSN 1516-3210.
- MACHADO, Carlos Maurício Ruivo. A função de retroalimentação do controle interno. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.196, p. 70-81, abril 2018. ISSN 1676-5826.
- MACHADO, Eduardo da Costa Lima Caldas. Atos regulatórios e a esfera do insindicável. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 20-40, janeiro 2016. ISSN 1984-4107.
- MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. Controle interno, externo e social na administração pública: estudo atual. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.137, p. 132-153, maio 2017. ISSN 21791651.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Alexandre Alberto de Azevedo. Administração pública na arbitragem e o papel do ministério público. **Revista de Processo**, São Paulo, v.44, n.296, p. 379-401, outubro 2019. ISSN 0100-1981.
- MALHEIRO, Emerson Penha; LOPES, Elisabete Mariucci. Sistema de registro de preços e efeito “carona”: discussões doutrinárias e análise técnica dos órgãos de controle das contas públicas na sociedade da informação. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.110, n.1031, p. 47-72, setembro 2021. ISSN 0034-9275.
- MALUF FILHO, Roberto. Análise de impacto regulatório e a discricionariedade administrativa. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte, v.19, n.74, p. 229-250, abr./jun. 2021. ISSN 1678-7102.
- MARTINS, Ricardo Marcondes. Mandado de segurança e controle jurisdicional da função pública. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.33, n.163, p. 60-103, setembro 2008. ISSN 0100-1981.
- MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do patrimônio público**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. *E-book*. Proview. ISBN 9786559919284.
- MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Princípios da controlabilidade, da autotutela e da hierarquia. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. **Tratado de direito administrativo: teoria geral e princípios do direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. *E-book*. Proview. ISBN 9786559910786. (Tratado de direito administrativo; v. 1).
- MEDAUAR, Odete. **Controle da administração pública**. 4. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 231 p. ISBN 9786555180091.
- MEDEIROS, Isabelle Liane Galvão de; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; FARIAS, Sergio Ricardo Barroso. Um estudo da sindicância disciplinar como forma de controle pela administração pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 77-85, setembro 2017. ISSN 1984-4107.
- MEGNA, Bruno Lopes. Meios de controle público e meios públicos de controle. In: MEGNA, Bruno Lopes. **Arbitragem e administração pública: fundamentos teóricos e soluções práticas**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. ISBN 9788545006701.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Modalidades de descentralização administrativa e seu controle. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.5, n.17, p. 347-372, abr./jun. 2021. ISSN 2526-8120.
- MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. Controle de legalidade: qual o espaço para soluções consensuais. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 545-579, 2017. ISSN 0101-2096.
- MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e; PEQUENA, Francisca. Lei de Acesso à Informação e ao Controle Social na Administração Pública federal. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.8, n.2, p. 49-67, jul./dez. 2021. ISSN 231905558.
- MILESKI, Helio Saul. Controle social: um aliado do controle oficial. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.8, n.36, p. 85-98, mar. / abr. 2006.

MONTEIRO, André Luís; RODRIGUES, Marco Antonio. Arbitragem e controle do mérito dos atos administrativos. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v.18, n.71, p. 85-114, out./dez. 2021. ISSN 1679-6462.

MONTEIRO, Conrado Gama. O limite do controle do Estado no setor portuário sob a perspectiva da autorização administrativa junto aos terminais portuários de uso privado. **Revista de Contratos Públicos - RCP**, Belo Horizonte, v.10, n.18, p. 41-61, set./fev. 2021. ISSN 2316-5499.

MOREIRA, Egon Bockmann. Administração pública, arbitragem e controle externo. In: **Direito administrativo e alternative dispute resolution: arbitragem, dispute board, mediação e negociação com comentários à legislação do Rio de Janeiro, São Paulo e União sobre arbitragem e mediação em contratos administrativos e desapropriações**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 165-168. ISBN 9788545007470.

MOREIRA, Rafael Martins Costa. **Direito administrativo e sustentabilidade: o novo controle judicial da administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 224 p. ISBN 9788545002260.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Controles da administração pública. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013. Proview.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. As leis de licitação e de responsabilidade fiscal em seus aspectos de transparência, controle e fiscalização. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.21, n.2, p. 164-179, fevereiro 2005.

MOTTA, Fabrício. **Função normativa da administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 274 p. ISBN 9788577000814.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Controle social da administração pública, transparência administrativa e Lei de Acesso à Informação. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 35-43, dezembro 2015. ISSN 1984-4107.

MOURÃO, Carlos Figueiredo. A advocacia pública como instituição de controle interno da administração. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.10, n.52, p. 43-51, nov./dez. 2008. ISSN 1676-8701.

NARDONE, José Paulo. O atual cenário da gestão pública e os impactos nas ações do controle externo. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.225, p. 61-67, setembro 2020. ISSN 1676-5826.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diretrizes para o juiz da Administração Pública a partir do contributo de Vieira de Andrade. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.5, n.18, p. 123-151, jul./set. 2021. ISSN 2526-8120.

NÓBREGA, Theresa Christine de Albuquerque. A regulação da saúde no Brasil: o controle externo do tribunal de contas da união nas unidades do SUS geridas por instituições privadas. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v.19, n.1, p. 281-304, jan./mar. 2020. ISSN 2525328X.

NOVO, Benigno Nunez. A importância do controle interno na administração pública. **Revista Magister de Direito Tributário e Finanças Públicas**, v. 13, n. 75, p. 63-74, jul./ago. 2019. Magister Net.

OKU, Enio Nakamura; MELLO, Carla Angélica de. Acordo de ajustamento de gestão: estruturação de seu procedimento com base no modelo das três linhas do IIA 2020. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 29-50, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Danilo de. Dano moral pela inobservância do devido processo administrativo previdenciário : ofensa à dignidade da pessoa humana. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016, p. 79-98.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A possibilidade de controle do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 50-57, fevereiro. 2016. ISSN 1984-4107.

- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; HALPERN, Erick. O controle dos tribunais de contas e o art. 171 da Lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações). **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 13-25, junho 2021. ISSN 1676-5826.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; HALPERN, Erick. O mito do “quanto mais controle, melhor” na Administração Pública. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.15, n.180, p. 54-83, dezembro 2020. ISSN 21791651.
- OLIVEIRA FILHO, Francisco José Rodrigues de. O controle judicial do excesso legislativo e dos atos discricionários da administração pública no devido processo legal substancial. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo: Dialética, v.49, p. 54-63, abril 2007. ISSN 1678-3778.
- PAES, Alberto de Moraes Papaléo; RODRIGUES, Aline Cardoso. O princípio da eficiência administrativa e a responsabilidade política do servidor público. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR: UENP, n.17, p. 11-38, jul./dez. 2012. ISSN 23173882.
- PALMA, Juliana Bonacorsi de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Diálogos fora de esquadro: o controle das agências reguladoras pelo Tribunal de Contas da União. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v.120, p. 203-236, jan./jun. 2020. ISSN 0034-7191.
- PAULA, Felipe Mottin Pereira de. Tribunal de Contas: órgão de materialização do direito fundamental à boa gestão e governança. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.65, p. 167-185, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7072.
- PEDRA, Anderson Sant’Ana; PÉRCIO, Gabriela Verona. Diretrizes para o controle das contratações públicas em tempos de crise: como deveria ser o amanhã. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.19, n.223, p. 9-27, julho 2020. ISSN 1676-5826.
- PELISSER, Fernanda Caroline. O controle judicial da discricionariedade administrativa no Estado Democrático de Direito. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.73, p. 7-19, set./dez. 2017. ISSN 1414-008X. Acesso on-line.
- PEREIRA, Anna Carolina Migueis. Trinta anos de controle da Administração Pública à espera de um giro de eficiência. In: **Transformações do direito administrativo** : o Estado administrativo 30 anos depois da Constituição de 1988. Rio de Janeiro : FGV Direito Rio, 2018, p. 28-61. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/26039>. Acesso em: 30 set. 2022.
- PEREZ, Marcos Augusto. Controle da administração pública no Brasil: um breve resumo do tema. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.52, p. 69-74, jan./mar. 2016. ISSN 1678-7072.
- PIO, Nuno R. Coelho. Controle popular da eficiência da administração : o direito de reclamação contra a atividade ineficiente. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 127-150.
- PIRES, Gabriel Lino de Paula. Controle da administração pública. In: PIRES, Gabriel Lino de Paula. **Manual de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. *E-book*. Proview. ISBN 9786559919314.
- PIRONTI, Rodrigo; ZILLOTTO, Mirela Miró. O controle de qualidade nas contratações públicas: uma análise do Instrumento de Mediação de Resultado. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.60, p. 199-211, jan./abr. 2018. ISSN 1678-7072.
- POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas. Controle de resultados da atividade de fomento pelo Tribunal de Contas da União. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 49-59, janeiro 2018. ISSN 1984-4107.
- PONÇONI, Maykel. **Compliance na administração pública direta**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. (Coleção compliance; v. 8). *E-book*. Proview. ISBN 9786556145907.

- PÓVOA, Hugo Mesquita. Decadência e atos sujeitos a registro: análise crítica do entendimento jurisprudencial e de sua aplicação pelos Tribunais de Contas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.6, n.2, p. 135-162, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.
- PRADO, Viviane Muller; NANI, Ana Paula Ribeiro. Apontamentos sobre os precedentes obrigatórios e o controle difuso da inconstitucionalidade no procedimento arbitral. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v.18, n.70, p. 201-226, jul./set. 2021. ISSN 1679-6462.
- PUCETTI, Renata Fiori. Reflexões sobre o juízo de admissibilidade nas ações de improbidade administrativa. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública: temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 151-171.
- QUINTÃO, Cynthia Magalhães Pinto Godoi; CARNEIRO, Ricardo. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.29, n.10, p. 934-946, outubro 2016. ISSN 1981-5506.
- RANGEL, Tauã Lima Verdan. O controle de legalidade em sede de remoção ex officio de servidores públicos federais: um exame à luz do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.15, n.169, p. 27-48, janeiro 2020. ISSN 21791651.
- RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília: ABRACICON, v.4, n.3, p. 23-43, set./dez. 2010. ISSN 19818610. Acesso on-line.
- RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; SCHWANKA, Cristiane. Eficiência e gestão: do agir ao controle na atividade interventiva econômica estatal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.134, p. 54-69, fevereiro 2013. ISSN 1676-5826.
- RIBEIRO, Victor Hugo Moreira. Obras e empreendimentos de mobilidade urbana custeados com recursos federais: contribuições das auditorias do TCU. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.138, p. 72-85, jan./abr. 2017. ISSN 0103-1090.
- ROCHA, Heloisa Rodrigues da. Limites do controle do TCU sobre os atos discricionários das agências reguladoras. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.7, n.2, p. 37-59, jul./dez. 2020. ISSN 231905558.
- ROCHA, Henrique Bastos. A sociedade de propósito específico nas parcerias público-privadas. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.12, n.136, p. 21-33, abril 2013. ISSN 1676-5826.
- ROCHA, Ronald Fontenele; TASSIGNY, Mônica Mota. Controle da transição de gestões municipais: análise de risco, seletividade e integração metodológica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.109, n.1021, p. 21-38, novembro 2020. ISSN 0034-9275.
- ROMAN, Flavio José. Controle judicial da administração pública reguladora. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.64, p. 169-195, abr./jun. 2014. ISSN 1518-2703.
- ROSA, Antonio Quintino. Era digital. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017. p. 91-109.
- ROSA, Antonio Quintino. Visão estratégica : governança e planejamento. In: CEDRAZ, Aroldo (Coord.). **O controle da administração pública na era digital**. Belo Horizonte : Forum, 2017, p. 173-213.
- ROSA, Raíssa Roese da. O pedido de invalidação como instrumento próprio ao controle de legalidade. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.10, n.34, p. 303-315, out./dez. 2012. ISSN 1981-2035.

ROSSET, Patrícia. Controle parlamentar sobre contratos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado: uma abordagem do Parlamento Paulista. In: FIGUEIREDO, Marcelo (Coord.). **Novos rumos para o direito público: reflexões em homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 323-345. ISBN 9788577005543.

SANTOS, Murillo Giordan. Controle das empresas semiestatais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.52, n.208, p. 61-79, out./dez. 2015. ISSN 0034-835X.

SANTOS, Sérgio Honorato dos. Boa governança, auditoria e controle interno: particularidades. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.199, p. 47-59, julho 2018. ISSN 1676-5826.

SANTOS, Sérgio Honorato dos. Requisitos exigidos para que os órgãos/unidades de auditoria/controle interno tenham maior eficiência nas suas atribuições. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.208, p. 42-52, abril 2019. ISSN 1676-5826.

SCHIRATO, Vitor Rhein. Algumas considerações atuais sobre o sentido de legalidade na administração pública. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.47, p. 151-164, jan./fev. 2008. ISSN 1676-8701.

SCHIRATO, Vitor Rhein. No turbilhão da pandemia: o que aprendemos sobre controle da administração no Brasil?. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.111, n.1038, p. 19-32, abril 2022. ISSN 0034-9275.

SCHIRATO, Vitor Rhein. O controle interno da administração pública e seus mecanismos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.104, n.956, p. 25-50, junho 2015. ISSN 0034-9275.

SCHIRATO, Vitor Rhein. O controle interno da administração pública e sua aplicação às contratações públicas. **Revista de direito administrativo e infraestrutura**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, p. 51-83, out./dez. 2017.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Judicialização de políticas: uma introdução à temática do controle judicial sobre as respostas dos poderes públicos às demandas sociais. In: SCHWARZ, Rodrigo Garcia (org.). **Direito administrativo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 1-28. ISBN 978-85-352-3922-5.

SILVA, Diógenes Ivo Fernandes de Sousa. A advocacia pública e o controle de juridicidade. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 9-29, abril 2017. ISSN 1984-4107.

SILVA, José Inaldo de Oliveira e; CORDÃO, Rômulo Paulo. **Inteligência institucional para o controle da administração pública: reinventando o combate à corrupção e estimulando a eficiência dos governos**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 156 p. ISBN 9786555183054.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. Improbidade administrativa: instrumentos para o controle preventivo. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.10, n.34, p. 253-273, out./dez. 2012. ISSN 1981-2035.

SILVA, Marcos Luiz da. Formas de controle da administração pública no direito brasileiro. **Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF: IDAF**, Curitiba: Zênite, v.7, n.78, p. 525-530, janeiro 2008. ISSN 1980-2358.

SILVA, Vania Menezes Pereira da. O controle externo da administração pública e o seu impacto nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.25, n.4, p. 336-342, abril 2012. ISSN 1981-5506.

SILVEIRA, Henrique Lago da. O controle externo sobre desinvestimentos de empresas estatais: uma análise dos critérios utilizados pelo Tribunal de Contas da União no caso Petrobras. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.15, n.59, p. 61-94, jul./set. 2017. ISSN 1678-7102.

SILVEIRA, Maria Aparecida Cardoso da. Transparência da gestão pública: o atendimento aos preceitos normativos da transparência ativa, pelos municípios do Brasil, por meio de um estudo de caso sobre os municípios situados no estado do Rio Grande do Sul (Brasil, 2017). **Juris Plenum Direito Administrativo**, Caxias do Sul, RS, v.7, n.25, p. 41-72, março 2020. ISSN 2319-0256.

SOARES, Hector Cury. Controle judicial de políticas públicas no Brasil: a decisão judicial e sua fundamentação. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre: PGE/RS, v.32, n.67, p. 69-93, jan./jun. 2011. ISSN 0101-1480.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. O papel da advocacia pública no controle da legalidade da administração. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal: PGE, v.12, p. 19-42, 2007.

SOUTO, Marcos Juruena Villela; GARCIA, Flávio Amaral. Parceria mediante contratação direta de concessão de serviço público com empresa sob controle estatal de outra entidade federada. **Revista da Procuradoria Geral do Espírito Santo**, Vitória: PGE/ES, v.4, n.4, p. 65-90, jul./dez. 2005. ISSN 1808-897X.

SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Pragmatismo e consequencialismo jurídico em tempos de Coronavírus: exame do art. 20 da Lei no 13.655/2018 e alguns reflexos na gestão e controle públicos. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.22, n.122, p. 53-96, jul./ago. 2020. ISSN 1676-8701.

SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de. O perfil das escolas de contas brasileiras na promoção do controle social (2002-2015). **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.21, n.114, p. 207-242, mar./abr. 2019. ISSN 1676-8701.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Controle judicial dos atos administrativos: as questões técnicas e os limites da tutela de urgência. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.4, n.16, p. 23-38, out./dez. 2002. ISSN 1676-8701.

TEIXEIRA, Raul. A extinção da pretensão punitiva da administração pública: prescrição e decadência. O caso concreto das penalidades administrativas aplicadas pela administração estadual no exercício do poder de polícia ambiental. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.61, p. 299-318, 2006. ISSN 0101-2096.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa. O encerramento de exercício e a prestação de contas do município. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 35-44, janeiro 2020. ISSN 1676-5826.

TONETTO, Fernanda Figueira. O sistema de controle da administração pública e o papel da Procuradoria do Estado sobre atos de improbidade administrativa. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.76, p. 71-101, jul./dez. 2015. ISSN 0101-1480.

VALIM, Rafael Ramires Araujo. Panorama do controle da administração pública. **Boletim de Direito Municipal - BDM**, São Paulo: NDJ, v.30, n.1, p. 12-21, janeiro 2014. ISSN 1981-5514.

VINCI JÚNIOR, Wilson José. Da possibilidade de controle das decisões das agências reguladoras através do recurso hierárquico impróprio. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 75-84, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

VITAL, André Luiz Francisco da Silva. Instituto de fiscalização e controle - regime diferenciado de contratações - parecer. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.43, n.122, p. 44- 49, set./dez. 2011. ISSN 0103-1090.

ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (coord.). **Compliance no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 411 p. ISBN 9788545007401.

DIREITO CONSTITUCIONAL

BAPTISTA, Patrícia. Discricionariedade e controle na tutela do patrimônio histórico e cultural: reserva da administração na escolha entre interesses públicos concorrentes e os limites da intervenção dos poderes judiciário e legislativo. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.70, p. 298-313, 2016. ISSN 0101-2096.

BORGES, Priscila Kelly Fernandes Pedroso. Transparência administrativa e o controle externo dos Tribunais de Contas. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 72-76, setembro 2017. ISSN 1984-4107.

DALL'OLIO, Leandro Luis dos S.. Mecanismos de controle interno e externo na constituição federal de 1988: perspectivas para o tempo presente. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.137, p. 9-14, maio 2017. ISSN 21791651.

DESCHAMPS, Gustavo Coelho. Controle de constitucionalidade e Tribunais de Contas no Brasil. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.84, p. 32-39, dezembro 2008. ISSN 1676-5826

EMERIQUE, Lilian Marcia Balmant; BARROS, Verônica Ferreira Noronha de; RIBEIRO, Mariana Moretti. O papel do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no controle de constitucionalidade de direitos fundamentais. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, SP: UNIFIEO, v.16, n.2, p. 135-152, jul./dez. 2016. ISSN 1808-513X. Acesso on-line.

FERRAZ, Sérgio. Controle da administração pública na Constituição de 1988. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo: Malheiros, v.63, p. 192-199, abr./jun. 2008.

GUEDES, Luciana Kellen Santos Pereira; FARIA, Edimur Ferreira de. O aparente controle social no âmbito da Administração Pública brasileira. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v.21, n.86, p. 249-274, out./dez. 2021. ISSN 1516-3210.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. A influência das decisões do STF sobre a arbitragem: súmula vinculante e controle concentrado de constitucionalidade. In: ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública**. Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 185-198. ISBN 9788544201381.

LAURE, Andressa Campos. Lei de acesso à informação: a importância da transparência e do controle social para o funcionamento da administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.185, p. 9-19, maio 2017. ISSN 1676-5826.

LAURENTIIS, Lucas Catib de. Entre lei e constituição: a administração pública e o controle de constitucionalidade no direito brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.260, p. 133-166, mai./ago. 2012. ISSN 0034.8007.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Do controle abstrato de constitucionalidade**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. *E-book*. Proview. ISBN 9786559915118.

MATIAS-PEREIRA, José. Fundamentos constitucionais do Estado e de controle da administração pública no Brasil. In: **Administração pública : foco nas instituições e ações governamentais** 5. ed., rev. e atual. São Paulo : Atlas, 2018. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9788597016093.

MODESTO, Paulo. [Parecer] Recurso Extraordinário contra decisão de modulação em controle de constitucionalidade estadual: a jurisdição como modalidade de frustração objetiva da própria jurisdição constitucional. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.60, p. 215-249, jan./abr. 2018. ISSN 1678-7072.

MOREIRA, João Batista Gomes. A nova concepção do princípio da legalidade no controle da administração pública. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.21, p. 81-89, set./out. 2003. ISSN 1676-8701.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. O controle da Administração Pública pelo Judiciário em tempos de neoconstitucionalismo: os limites do ativismo judicial na concretização dos direitos fundamentais em proteção ao mérito administrativo. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.73, p. 229-245, jul./set. 2018. ISSN 1516-3210.

NASCIMENTO, Antônio Rodrigues do. Conflito de interpretação normativa no controle interno da competência discricionária. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.52, p. 119-130, jan./mar. 2016. ISSN 1678-7072.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração pública e o princípio constitucional da eficiência. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo: Malheiros, v.44, p. 67-92, out./dez. 2003.

PACCE, Carolina Dalla. Controle parlamentar da Administração Pública na legislação brasileira: a eficácia dos mecanismos de solicitação de informação. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.1, n.2, p. 377-391, jul./dez. 2014. ISSN 231905558. Acesso on-line.

PAPADOPOL, Marcel Davidman. O controle dos atos administrativos fundados em lei inconstitucionais. In: SALMEIRÃO, Antonio Marcos Guerreiro; BOCCHINO, Leslie de Oliveira (org.). **Temas atuais de direito público**. Curitiba: UTFPR, 2007. p. 118-134. ISBN 978-85-7014-036-4.

PAULA NETO, Joaquim José de. A ação popular como instrumento de controle da administração pública e o denunciamento irresponsável. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.23, n.90, p. 247-265, jan./mar. 2015. ISSN 1518-272X.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. O controle da administração pública na constituição brasileira. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013. Proview.

PEREZ, Miriam Azevedo Hernandez. A eficácia do princípio da eficiência no Brasil como instrumento garantidor da igualdade material. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.96, n.865, p. 85-107, novembro 2007. ISSN 0034-9275.

PIRES, Gabriel Lino de Paula; ALCÂNTARA, Guilherme Gonçalves. Ministério (e interesse) público: aproximações entre o perfil constitucional da instituição e o princípio da supremacia do interesse público no controle da função administrativa. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo: USP, v.111, p. 469-486, 2016. ISSN 0303-9838.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Democracia participativa e controle da administração pública: uma análise da importância do observatório social como instrumento da participação da sociedade civil. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.13, n.152, p. 23-44, agosto 2018. ISSN 21791651.

RIBAS, Carolline Leal. Equilíbrio democrático e controle social: o controle dos atos de gestão da administração pública por meio da participação popular. **Direito Público**, São Paulo: Síntese/IDP, v.12, n.64, p. 127-146, jul./ago. 2015. ISSN 1809-7448.

ROMAN, Flávio José. O controle da discricionariedade da administração pelo princípio constitucional da proporcionalidade. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.67, p. 52-106, abr./jun. 2009. ISSN 1518-272X.

RUSSO, Thiago Nogueira; LHEFELD, Neide Aparecida de Souza. Controle jurisdicional das políticas públicas que visam concretizar o direito à saúde. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho - PR: UENP, n.23, p. 313-331, jul./dez. 2015. ISSN 23173882. Acesso on-line.

SCHILLING, Flávia. Corrupção e modos de governo: desafios para a democracia. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.13, n.26, p. 241-259, jul./dez. 2010. ISSN 1415-7683.

SILVA, Bruna Benites Felipe da. A não aplicação de leis inconstitucionais pelos chefes do Poder Executivo federal e estadual. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 9-30, outubro 2015. ISSN 1984-4107.

SOARES, Hector Cury. O controle de constitucionalidade das leis e a importação de seus modelos para a construção de uma arquitetura brasileira. **JURIS**, Rio Grande/RS: FURG, v.13, p. 99-125, 2008. ISSN 1413-3571.

DIREITOS HUMANOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS

FAZZA, Ana Luiza Lima. O direito à saúde e a possibilidade do controle judicial. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 9-22, julho 2015. ISSN 1984-4107.

HOMERCHER, Evandro T.. O tribunal de contas e o controle da efetividade dos direitos fundamentais. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.7, n.35, p. 315-343, jan./fev. 2006.

SILVA, Eduardo Moreira da et al. Cofinanciamento estadual para participação e controle social no âmbito da assistência social e seus efeitos para o funcionamento dos conselhos municipais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.72, n.3, p. 635-662, jul./set. 2021. ISSN 23578017.

STEFFENS, Luana. O controle judicial de políticas públicas e a máxima efetividade dos direitos fundamentais sociais por meio de técnicas estruturais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.110, n.1027, p. 155-177, maio 2021. ISSN 0034-9275.

DIREITO MUNICIPAL

CARVALHO, Filipe Augusto Lima Hermanson. Os Tribunais de Contas e o controle de resultado da Administração Pública: a experiência do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM do TCE/SP). **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.65, p. 85-112, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7072.

CORRALO, Giovani; WITECK, Guilherme. O controle da eficácia da administração municipal e o plano plurianual. **Juris Plenum : direito administrativo**, v. 6, n. 22, p. 83-98, junho 2019.

DIANESE, Miguel Augusto Barbosa. Uma análise dos instrumentos garantidores das práticas de boa governança pública em municípios: controle interno e conselho de controle e acompanhamento do Fundeb. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.40, n.111, p. 73-86, jan./abr. 2008. ISSN 0103-1090.

MACHADO, Quelen Cristiane Moraes; TONIN, Guerino Antônio. Benefícios do controle interno para administração pública municipal. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: TCE/RS, v.1, n.1, p. 92-128, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Cristiane Catarina Fagundes de. Controle social pelos conselhos municipais e controvérsias jurisprudenciais. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre: AJURIS, v.34, n.108, p. 35-47, dezembro 2007. ISSN 1679-1363.

OLIVIERI, Cecília et al. Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.52, n.1, p. 169-179, jan./fev. 2018. ISSN 19823134.

SILVA, Thalita da Costa e. O controle externo da administração pública e a competência dos Tribunais de Contas para julgar as contas de gestão do chefe do Poder Executivo municipal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.207, p. 60-69, março 2019. ISSN 1676-5826.

DIREITO ELEITORAL

ALMEIDA, Renato Ribeiro de. Agentes públicos em campanha eleitoral: como fica o controle na campanha virtual?. In: **Abuso de poder e perda de mandato**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 315-324. (Tratado de direito eleitoral, v.7) ISBN 9788545005025.

DIREITO INTERNACIONAL

DANTAS, Bruno; GONÇALVES, André Luiz de Matos; SANTOS, Júlio Edstron S. A possibilidade de aplicação do controle de convencionalidade pelos tribunais de contas brasileiros. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.19, n.223, p. 27-41, setembro 2019. ISSN 1984-4107.

GOMES, Eduardo Biacchi; FLORES, Pedro Henrique Brunken. Formulação de decisões administrativas em matéria de direitos humanos. **Revista do Direito [da UNISC]**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.1, n.57, p. 3-21, jan./abr. 2019. ISSN 0104-9496.

GUSSOLI, Felipe Klein. Dez parâmetros básicos de atuação da Administração Pública segundo os tratados internacionais de direitos humanos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.6, n.2, p. 46-70, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.

DIREITO COMPARADO

ALBERT, Richard; NIKOLAYEVA, Anna. Judicial review of administrative action in the United States. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.70, p. 13-23, out./dez. 2017. ISSN 1516-3210.

ALMEIDA, Mário Aroso D. **O princípio da razoabilidade como parâmetro de atuação e controlo da Administração Pública**. [Coimbra]: Almedina, 2020. *E-book*. Minha Biblioteca. ISBN 9789724085449.

CAUPERS, João. O controle jurisdicional da administração pública nos estados lusófonos. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013. Proview.

GUTIÉRREZ COLANTUONO, Pablo Ángel. El control de convencionalidad en sede de las Administraciones Públicas. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.5, n.18, p. 227-245, jul./set. 2021. ISSN 2526-8120.

JORDÃO, Eduardo. Entre o prêt-à-porter e a alta costura: procedimentos de determinação da intensidade do controle judicial no direito comparado. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.52, p. 9-43, jan./mar. 2016. ISSN 1678-7072.

JORDÃO, Eduardo. Globalization and convergence in judicial review: what can we learn from the case of Brazil?. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.69, p. 23-31, jul./set. 2017. ISSN 1516-3210.

KRELL, Andreas J. A recepção das teorias alemãs sobre "conceitos jurídicos indeterminados" e o controle da discricionariedade no Brasil. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.23, p. 21-49, jan./fev. 2004. ISSN 1676-8701.

MENEZES, Monique. Governança das entidades de fiscalização superior no Brasil e no México. **Revista do Serviço Público**, Brasília: ENAP, v.69, n.2, p. 193-226, abr./jun. 2018. ISSN 23578017. Acesso on-line.

PERLINGEIRO, Gabriel. The possibilities of consensual resolution of judicial conflicts with the public administration. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.72, p. 31-50, abr./jun. 2018. ISSN 1516-3210.

DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO

ANJOS, Pedro Germano dos. A institucionalização dos conselhos sociais no controle dos gastos públicos. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.23, n.124, p. 325-344, set./out. 2015. ISSN 1518-2711.

ASSONI FILHO, Sérgio. **Transparência fiscal e democracia**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009. 280 p. ISBN 9788560520299.

BALTAZAR, Antonio Henrique Lindemberg. Direito tributário e controle social. **Direito Público**, São Paulo: IOB/IDP, v.7, n.29, p. 7-15, set./out. 2009. ISSN 1809-7448.

- BRAGA FILHO, Gélson Mário. Do exercício do controle social na gestão do orçamento público mineiro: apontamentos sobre a participação do cidadão na elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.201, p. 42-52, setembro 2018. ISSN 1676-5826.
- BREDA, Felipe Alexandre Ramos. Apontamentos sobre o procedimento especial de controle aduaneiro previsto pela IN/RFB 1.169/2011. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo: Dialética, v.198, p. 56-61, março 2012. ISSN 1413-7097.
- COSTA, Renato. A evolução histórica e jurídica do Tribunal de Contas no Brasil. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.16, n.86, p. 265-283, jul./ago. 2014. ISSN 1676-8701.
- COSTA, Renato. Tribunais de contas brasileiros - um recorte especial sobre o Tribunal de Contas de Santa Catarina. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.16, n.85, p. 267-284, mai./jun. 2014. ISSN 1676-8701.
- FONTES, Helenilson Cunha. Controle e avaliação dos gastos públicos. **Doutrinas Essenciais da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, n. 3, dezembro 2013.
- FRANÇA, Phillip Gil. Meios de controle externo das agências reguladoras federais. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.27, p. 258-264, set./out. 2004. ISSN 1676-8701.
- GOMES, Camila Paula de Barros. O controle estatal dos atos de concentração. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.5, n.2, p. 346-363, jul./dez. 2018. ISSN 231905558.
- GUERRA, Evandro Martins. **Direito financeiro e controle da atividade financeira estatal**. 3. ed., rev., atual. e ampl.. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 328 p. ISBN 9788577005918.
- JUNQUEIRA, André Rodrigues. O papel das entidades de controle da administração pública na arbitragem que envolve o poder público: tribunais de contas e ministério público. In: PISCITELLI, Tathiane; MASCITTO, Andréa; MENDONÇA, Priscila Faricelli de (coord.). **Arbitragem tributária: desafios institucionais brasileiros e experiência portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. *E-book*. Proview. ISBN 9788553219070.
- LULEK, Jocélia Aparecida; LIMA, Tatiana Coral Mendes de. O orçamento público. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis: Dioesc, n.5, p. 195-215, 2016. ISSN 2319-0671.
- MORAES, Germana de Oliveira; GARCIA, Natália Fontenele. Controle jurisdicional da atividade tributária. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.5, n.26, p. 127-136, jul./ago. 2004. ISSN 1676-8701.
- MOTTA, Paulo Roberto Ferreira. Marco legal das agências reguladoras. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.9, n.45, p. 29-37, out./dez. 2007. ISSN 1676-8701.
- MOURA, Mauro Hiane de. Levando incentivo a sério: redefinindo o sistema de controle das agências reguladoras. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.245, p. 203-234, mai./ago. 2007. ISSN 0034.8007.
- PAUSE, Júlio César Fucilini. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os mecanismos de controle das despesas com pessoal aplicáveis aos municípios: uma visão panorâmica. In: **Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei complementar nº 101/2000**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 311-333. ISBN 9786555180343.
- PINTO, Élide Graziane. Controle judicial do ciclo orçamentário: um desafio em aberto. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.17, n.90, p. 199-226, mar./abr. 2015. ISSN 1676-8701.
- PIRES, Valdemir; SATHLER, André Rehbein Sathler (Org.). **Gestão orçamentária inovadora: desafios e perspectivas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2018. 471 p. ISBN 9788570189622. Acesso on-line.
- PRATES, Laura Spyer. Controle judicial do orçamento: a intervenção dos tribunais nas opções orçamentais. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.55, p. 87-177, jan./mar. 2015. ISSN 1808-5628.

RODRIGUES, Walton Alencar. O controle da regulação no Brasil. **Interesse Público**, Porto Alegre: Notadez, v.7, n.33, p. 345-358, set./out. 2005. ISSN 1676-8701.

TRONQUINI, Luiz Felipe Menezes. Incentivos tributários e renúncia de receita tributária: sobre os mecanismos normativos que exercem o seu controle de juridicidade para a boa Administração Pública. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.20, n.72, p. 57-88, abr./jun. 2019. ISSN 1808-5628.

DIREITO CIVIL

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Lei nº 13.655/18- Análise dos arts. 20 a 30 da LINDB e primeiras impressões de sua utilização na conformação das atuações dos diferentes órgãos de controle. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 9-21, janeiro 2019. ISSN 1984-4107.

HOHMANN, Ana Carolina ; COELHO, Fernanda. As alterações da LINDB e as novas perspectivas do controle da administração pública. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.4, n.14, p. 305-340, jul./set. 2020. ISSN 2526-8120.

SANTOS, Vitor Kleber Almeida. Direito adquirido: limites à administração pública na alteração da destinação do uso do solo urbano. In: CAMMAROSANO, Marcio; LEWIN, Augusto Miranda (Coord.). **Controle da administração pública : temas atuais II**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016. p. 215-234.

VITORELLI, Edilson. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos discricionários: o direito na era do consequencialismo. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo, v.279, n.2, p. 79-112, maio/ago. 2020. ISSN 0034.8007.

DIREITO PROCESSUAL

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Honorários sucumbenciais do CPC/2015 e fazenda pública: o importante papel do advogado público no exercício do controle interno da administração. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 147-165, 2017. ISSN 0101-2096.

ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. A dinamização do ônus da prova instituída pelo novo Código de Processo Civil e sua necessária aplicação nos processos administrativos de controle interno e externo. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre: Síntese, v.18, n.105, p. 9-33, jan./fev. 2017. ISSN 1519-1834.

BITENCOURT, Caroline Müller; GEHRES, Cláudia de Barros Gehres. A ação popular e o controle social da contratação pública: definindo o que tem sido objeto de ação popular em relação à prática de ato corruptivo. In: LEAL, Rogério Gesta; BITENCOURT, Caroline Müller (org.). **Temas polêmicos da jurisdição do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**: dos crimes aos ilícitos de natureza pública incondicionada. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. 387 p. ISBN 9788589676151. Acesso on-line.

DOTTI, Marinês Restelatto. Improbidade administrativa à luz da jurisprudência dos tribunais. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 51-74, julho 2018. ISSN 1984-4107.

MARANHÃO, Pedro de Albuquerque. O controle governamental pela sociedade: um caso de exame de obra pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 71-79, novembro 2016. ISSN 1984-4107.

PUGLIESE, William Soares. Amicus curiae: procedimento, poderes e vinculação à decisão. **Revista de Processo**, São Paulo, v.45, n.305, p. 83-97, julho 2020. ISSN 0100-1981.

SANTIAGO Y CALDO, Diego. O ideal controle jurisdicional de políticas públicas e o novo Código de Processo Civil. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre: Síntese, v.13, n.97, p. 507-523, set./out. 2015. ISSN 1519-1834.

DIREITO MILITAR

BEZERRA JÚNIOR, José Roberto Pinheiro Maia. O controle jurisdicional do ato administrativo militar disciplinar. **Direito Militar**, Florianópolis: AMAJME, v.15, n.96, p. 14-22, jul./ago. 2012.

MANCIO, Geovanni Dias. O controle da administração pública militar. **Direito Militar**, Florianópolis: AMAJME, v.18, n.109, p. 23-29, set./out. 2014.

DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

SANTOS, Carlos Renato Lonel Alva. Análise sobre o controle externo dobrado: PREVIC e Tribunal de Contas – da Entidade Fechada de Previdência Privada (EFPP) com planos de benefícios patrocinados por entes federativos e órgãos públicos. **Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social**, São Paulo, v.47, n.217, p. 137-153, maio/jun. 2021. ISSN 0102-8774.